



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Ética, Direitos humanos e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase em Direitos Humanos

ENTRE FLORES E ESPINHOS: DIREITOS, CAPITALISMO, LUTAS E SERVIÇO SOCIAL

Liliane de Macedo Azevêdo¹

Resumo: Este artigo aborda os limites, possibilidades, contradições e desafios da materialização dos direitos no capitalismo articulando-os ao Serviço Social e seu projeto ético-político, utilizando para isso a pesquisa bibliográfica e o materialismo histórico-dialético, ressaltando as demandas postas aos assistentes sociais nessa conjuntura.

Palavras-chave: Direitos; Capitalismo; Serviço Social.

Abstract: This article discusses the limits, possibilities, contradictions and challenges of the materialization of rights in capitalism by articulating them to Social Service and its ethical-political project, using bibliographical research and historical-dialectical materialism, highlighting the demands placed on social workers in this conjuncture.

Keywords: Rights; Capitalism; Social service.

INTRODUÇÃO

A atual conjuntura adversa, marcada pelo desmonte dos direitos sociais, pela crise do capital e seus corolários, pelo enfraquecimento e criminalização dos movimentos sociais, pela naturalização e despolitização da Questão Social², pela corrupção, pelo “descenso das lutas de esquerda”, pela “contrarreforma do Estado”, pela disseminação da ideologia dominante de que o capitalismo é o fim da história e de que o socialismo é utopia e o que se resta é o conformismo, a apatia e a submissão ao capital e sua lógica predadora, de desumanização do humano, de barbarização da vida e das relações sociais.

Diante desse contexto perverso, de bombardeios constantes, os/as assistentes sociais são chamados/as, cotidianamente, a reafirmar o compromisso com a classe trabalhadora e suas bandeiras de luta e a continuar indo na contramão do capital e sua dominação, opressão, exploração, desigualdade, se posicionando em prol da

¹ Profissional de Serviço Social. Hospital Universitário Ana Bezerra Vínculo Ebserh. E-mail: <lilikinharn@hotmail.com>

² A “questão social é apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. (IAMAMOTO, 2008, p. 27).

materialização e fortalecimento do projeto ético-político e da luta pela construção de um novo tipo de sociabilidade. Sociabilidade essa, emancipatória, em que os sujeitos sociais sejam realmente livres para protagonizar a “verdadeira história” pessoal e coletiva. Com isso, não se pretende afirmar que essa categoria é imune às investidas do capital contra o trabalho e que essas não atingem diretamente o Serviço Social e suas lutas, isso seria ilusão, mas que frente às adversidades do tempo presente é preciso se unir a outros sujeitos coletivos para construir processos de luta e resistência e manter a hegemonia do projeto profissional (RAMOS, 2007).

Nesse sentido, será discutido ao longo desse trabalho, que apesar dos dissabores da atual conjuntura, essa é histórica, dialética e repleta de limites, possibilidades e desafios. E que cabe aos sujeitos sociais, dentre eles a categoria dos/das assistentes sociais, articulados coletivamente, protagonizarem suas lutas, resistências e mediações para emancipação humana.

2. Luta de classes, direitos, capitalismo e seus paradoxos

As lutas de classe sempre estiveram presentes nas diversas sociedades, conforme ressalta Marx e Engels “A história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classes [...] ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito” (1998, p.8). A própria sociedade capitalista surge da luta revolucionária da burguesia vinculada a amplos segmentos sociais contra o absolutismo feudal, sob a promessa de liberdade, igualdade e fraternidade, afirmando-se posteriormente como classe hegemônica e inaugurando uma nova sociabilidade regida pelo capital na direção da produção e reprodução social. Nesse sentido,

Sob a égide da sociabilidade do capital, os direitos humanos são proclamados mediante uma concepção abstrata de universalidade. Liberdade, igualdade, e um conjunto de outros direitos que deveriam ser assegurados não têm condição de se realizar, posto que vigora uma desigualdade estrutural no processo de produção e reprodução da sociedade. (SANTOS, 2003, p.24).

Assim, essa nova sociabilidade “não aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas” (MARX e ENGELS, 1998, p.8), intensificando assim essas contradições e desigualdades, visto que, na sociedade capitalista, sob o discurso ideológico de que todos são iguais, as relações são marcadas pela mercantilização desenfreada e a liberdade nela preconizada “se manifesta no direito de se deixar explorar em nome da própria sobrevivência” (SANTOS, 2003, p.29).

O capitalismo encobre as reais desigualdades e exploração a que está submetida a classe trabalhadora, bem como, torna o trabalho assalariado algo que aliena e coisifica os sujeitos ao invés de os humanizar, sendo esse algo que lhe é exterior, estranho e imposto para manter a própria sobrevivência, tornando-se ao invés de algo que o dignifica, que é próprio do ser ontológico social, uma obrigação que lhe causa sofrimento e exaure suas forças. Mauro Iasi (2007), elenca três aspectos da alienação: o ser humano alienado da natureza, de si mesmo e da sua espécie, visto que:

Vivendo relações em que ele próprio se coisifica, onde o produto de seu trabalho lhe é algo estranho e que não lhe pertence, a natureza se distancia e se fetichiza [...] Alienando-se da atividade que o humaniza, o ser humano se aliena a si próprio (auto-alienação) [...] Alienando-se de si próprio como ser humano, tornando-se coisa (o trabalho não me torna um ser humano, mas é algo que eu vendo para viver), o indivíduo afasta-se do vínculo que o une à espécie. Em vez de o trabalho tornar-se o elo do indivíduo com a humanidade, a produção social da vida, metamorfoseia-se num meio individual de garantir a própria sobrevivência particular. (IASI, 2007, p.22).

Estando alienado, o ser humano vai se moldando às exigências do sistema, perdendo-se da natureza, de si próprio e da sua espécie, e entra no circuito do capital criando mercadorias e sendo uma mercadoria barata, que quanto mais produz, mais pobre fica, uma vez que, “com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens” (MARX, 2004, p.80).

Sendo a força de trabalho mercadoria, e mercadoria barata, e levando em consideração que o sistema capitalista não comporta toda a classe trabalhadora existente, e que esse sistema é marcado por crises cíclicas que desembocarão diretamente sobre o trabalho e sua precarização, grande parte dessa passa a “sobrar”, a compor “o exército industrial de reserva”, a ser “supérfluos sociais” e a não ter condições de prover seu sustento ou tê-lo minimamente e a exigir do Estado respostas a essas demandas. Daí emerge a Questão Social e suas refrações, decorrente da contradição central da sociedade burguesa “a apropriação privada da riqueza socialmente produzida”, bem como, surge a luta por direitos e cidadania via políticas sociais e esbarra-se na limitação desses direitos nesse tipo de sociabilidade e seu gradativo desmonte frente às crises do capital e suas estratégias de reestruturação, que intensificam a desigualdade social e a exploração. Nesse sentido:

O agravamento desta situação se dá a partir dos processos que exigem uma restauração do capitalismo visando ao enfrentamento de suas crises, para o que vem sendo operada uma mudança gradual do padrão de produção da era fordista, instaura a ofensiva neoliberal e uma (contra) reforma do Estado, resultando no desemprego, na flexibilização e desmonte dos direitos sociais e das políticas públicas, na privatização e “assistencialização” das políticas e dos

serviços sociais, e na responsabilização da sociedade civil pela implementação e financiamento de políticas sociais. Em face deste quadro, a postura de reconhecimento e a afirmação dos direitos convertem-se em estratégia contemporânea e necessária. (GUERRA, 2009, p.32).

Esse processo de reconhecimento, afirmação e luta por direitos, frente a essa época de “expropriação de direitos” é de suma importância, porém é preciso imbuir-se de uma visão teórico-crítica que reconheça os limites de efetivação e alcance desses direitos na sociabilidade capitalista, que na prática contradizem a universalidade abstrata preconizada nas leis. Visão essa, que fique atenta a dialética da sociedade, ao seu solo histórico e social, suas relações, contradições, ao discurso ideológico que o sustenta e faz com que fiquem encobertas as desigualdades e as lutas de classe que o geraram, despolitizando e naturalizando a questão social, funcionando como forma de controle e regulação social. Nesse sentido:

O discurso do direito insere-se nas formas de regulação social (controle) utilizadas pelas instituições e práticas profissionais em tempos de ajuste neoliberal. Tal discurso, autonomizado das medidas que buscam alcançar a efetivação dos direitos e abstraído de relações sociais e históricas, porta tendências conservadoras de reprodução da ordem social, porque tanto despolitiza a chamada “questão social”, naturalizando-a, quanto ao secundarizar as diferentes possibilidades de acesso aos bens e serviços dadas pela condição social das classes, acoberta as desigualdades (e a injustiça) e as condições históricas nas quais os direitos sociais resultaram de conquista da classe trabalhadora. O próprio discurso de acesso à cidadania pela via dos direitos universais pasteuriza os interesses em jogo, transforma os sujeitos em – plagiando Marx (1985) – “gelatinas homogêneas”, categorizando-os como força de trabalho e consumidores, categorias sociais pertinentes à ordem burguesa sobre as quais as instituições da sociedade burguesa visam a exercer seu poder de controle e dominação. (GUERRA, 2009, p.36).

Marx (2009) tece críticas aos direitos humanos e do cidadão, não aos direitos em si, mas ao solo social no qual os mesmos foram gerados, bem como, ao caráter abstrato desses, que desconsidera o homem em sua totalidade, fazendo operar a cisão desse nas esferas pública e privada, preconizando uma falsa universalidade, não atenta às determinações socio-históricas, mas estruturada na propriedade privada, sob os quais estão assentados os demais direitos: liberdade, igualdade, segurança, numa perspectiva do homem egoísta, privado. O mesmo ressalta que “nenhum dos chamados direitos do homem vai, portanto, além do homem egoísta, além do homem tal como ele é membro da sociedade civil, a saber: um indivíduo remetido a si, ao seu interesse privado, ao seu arbítrio privado, e isolado da comunidade” (p.65-66).

2.1 Fetiche dos direitos: que direitos para que sujeitos?

É preciso ter clareza do fetiche dos direitos na sociedade capitalista, que veicula a ideia de um homem abstrato “cidadão”, com direitos “universais” (civis, políticos e sociais – que compõe a “cidadania”), no intuito de ludibriar e esconder as relações mercantis de exploração a que estão submetidos os indivíduos (como trabalhador e consumidor) para garantir a reprodução sociometabólica do capital e a proliferação desenfreada das desigualdades sociais, sob o patamar de uma falsa igualdade formal.

Além da visão fetichizada que o direito burguês expressa, suas possibilidades de acesso universal são também ilusórias. O que torna esses direitos quase inacessíveis é o fato de que, dentre outras razões, a cidadania daí decorrente não transforma as desigualdades sociais, ao contrário, as aprofunda, tendo em vista que tais direitos: a) protegem a propriedade privada e, portanto, estabelecem duas categorias de indivíduos: proprietários e não-proprietários; b) não possuem ressonância na vida da grande maioria dos membros da sociedade capitalista pela sua condição de não proprietários; c) repõem a desigualdade sob novas bases – a das possibilidades de usufruir dos direitos; d) generalizam a desigualdade para outros patamares além da condição de classe. (GUERRA, 2009, p.42).

Vivencia-se uma conjuntura em que o Estado procura se eximir de suas responsabilidades no que tange ao trato da questão social transferindo-a a sociedade civil, sob o discurso de crise, reduzindo gradativamente os gastos com as políticas públicas, em que são perceptíveis as constantes investidas do capital para a destruição dos direitos sociais disseminando, conforme aponta Guerra (2009, p.33), “concepções neoconservadoras dos direitos, ora considerando-os como privilégios ora destituindo-os do seu conteúdo de classe, representando essas um retrocesso, que contradiz o caráter dos direitos instituídos pela Constituição Federal Brasileira de 1988”.

Paradoxalmente, ampliam-se os discursos “do direito a ter direitos” numa perspectiva fetichizada e abstrata dos mesmos com forte apelo à cidadania, em que a ideologia dominante dissemina como ideal a ser alcançado que todos possam ser plenamente cidadãos. Tonet (1997, p.155) alerta acerca do equívoco de tal ideal, que encobre a continuidade da perpetuação da exploração do homem pelo homem, da vida cindida entre os âmbitos público e privado, da continuidade da desigualdade, visto que nessa sociabilidade os cidadãos não são realmente livres e iguais, mas sim dispõem de uma relativa liberdade e igualdade regidas pelos grilhões do capital.

2.2 Lutas por direitos para além do capital e Serviço Social

Nesse sentido, tem-se clareza que a luta por direitos e políticas sociais públicas são imprescindíveis para garantir o suprimento das necessidades básicas dos sujeitos, para que eles possam ter condições de sobreviver e protagonizar as lutas cotidianas, mas que essas não podem se esgotar em si mesmas, elas precisam ter como norte uma

luta maior, a luta anticapitalista, senão ficarão reféns de si mesmas. A esse respeito, Tonet (2002, p.14-15) ressalta que a luta por direitos humanos podem ter um caráter reformista ou revolucionário, dependendo do fim a que se destina, discorrendo que se ela tiver como fim último o aperfeiçoamento da cidadania e da democracia ela será reformista, porém se ela tiver clareza dos seus limites nessa sociabilidade e se articular as lutas radicalmente anticapitalistas essas terão caráter revolucionário. Bem como, defende a tese de que a luta pelos Direitos Humanos só adquire seu pleno sentido se tiver como fim último a extinção dos direitos humanos e a radical superação da ordem capitalista e que se esse intento for alcançado no socialismo, não representará uma regressão, mas um progresso na autoconstrução do ser social.

Desse modo, para empreender as lutas anticapitalistas, é preciso ter clareza da diversidade de classes e se articular coletivamente compreendendo que as classes não são homogêneas, tem “raça”/etnia e sexo, porém, é necessária cautela para não se “perder na ênfase das diferenças em detrimento da luta política engendrada pela criação dos sujeitos coletivos em torno de uma luta classista, que deve ser o ponto comum entre todas as lutas que buscam o fim das desigualdades sociais” (CISNE 2014, p.33)

Nessa perspectiva, é percebida a heterogeneidade e desigualdades existentes no interior da classe trabalhadora, não de forma a fragmentá-la, mas de percebê-la como uma totalidade dialética, inserida nos marcos da luta de classes em prol da construção de uma cultura democrática, da erradicação das desigualdades sociais e da construção de uma sociabilidade contraposta à do capital, em que todos sejam de fato livres.

Para tanto, há que se ter claro que a luta pela apropriação igual da riqueza não se resolve na esfera do capitalismo. Há um antagonismo estrutural entre democracia e lógica do capital. É somente numa sociedade de livres produtores associados, portanto, na sociedade socialista, onde o livre desenvolvimento de cada um é condição do livre desenvolvimento de todos, que se pode falar em direitos e condições de igualdade sem perder as diferenças. (GUERRA,2009, p.52).

Para isso, faz-se necessário estabelecer articulação e integração entre as diversas lutas, movimentos sociais e resistências imprimindo-lhe um caráter coletivo, classista e revolucionário, conforme aponta Durigetto (2014):

Um dos grandes desafios hoje postos para o projeto socialista é estabelecer vínculos e conexões entre as várias reivindicações, as diversas lutas sociais, assim, como entre essas e o movimento operário. Ou seja, o desafio se posta em construir projetos que busquem uma integração das necessidades, interesses, reivindicações e ações prático-políticas advindas das lutas, incorporando-as em suas dimensões classistas e orientando-as para a construção de processos contra-hegemônicos à ordem do capital (p.182).

Em consonância com tal concepção Mauro Iasi (2007) defende que para construir uma verdadeira consciência de classe revolucionária, faz-se necessário construir um processo de consciência da reivindicação (consciência em si), para depois a transcender e construir um processo de consciência coletiva e histórica da transformação (consciência para si) e que para tanto, essas passam por uma dupla negação: do capitalismo, assumindo sua posição de classe e posteriormente negando-se enquanto classe assumindo a luta social pela emancipação contra o capital.

Esse se torna um grande desafio frente a essa conjuntura reacionária, em que os direitos, principalmente os trabalhistas estão ameaçados, em que as conquistas democráticas vêm se perdendo gradativamente, em que a esquerda brasileira está desacreditada devido ao processo de cooptação e transformismo pelo qual tem passado nos últimos anos (nos governos Lula e Dilma) e ao lamaçal da corrupção em que está imersa, em que a mundialização do capital financeiro avança a passos largos enquanto que o potencial de combatividade da classe trabalhadora tem enfraquecido e em alguns momentos recuado, ao passo que a ideologia de que o capitalismo é o fim da história passa a ser amplamente disseminada e reproduzida por diversos segmentos sociais que veem suas esperanças exauridas diante da barbarização da vida e das relações. Nesse sentido, Cisne (2009) aponta que:

Desobscurecer as lutas da classe trabalhadora, visibilizar o trabalho social e recuperar ideais revolucionários são tarefas se fazem prementes num momento em que o “pensamento único” faz coro com a crença no “fim da história”: o capitalismo. Assim, a atenção às fraturas e às discordâncias do nosso tempo, ou, em outras palavras, a identificação de resistências de classe em meio a nossa cultura de subserviência, de “parceria” e “solidariedade”, enfim, de grande passividade diante da barbarização humana -, consiste em um caminho que não temos como deixar de perseguir (p.69).

Essa identificação de resistências que vão na contramão do capital e sua alienação nos mostram que a combatividade da classe trabalhadora pode estar fragilizada, mas não está perdida, pois como nos afirma Cisne (2009) ainda existem “toupeiras” que contemporaneamente resistem ao capital e oxigenam nossas lutas e esperanças no porvir, e que “apesar das adversidades do nosso tempo histórico e, particularmente no Brasil – com os transformismos e o envolvimento manipulatório do governo Lula junto a setores da esquerda – há sujeitos que teimam em resistir e demonstrar que o dever histórico nos pertence” (p.70-71). Assim:

Vive-se numa época de regressão de direitos e destruição do legado das conquistas históricas dos trabalhadores em nome da defesa, quase religiosa do mercado e do capital, cujo reino se pretende a personificação da democracia, das liberdades e da civilização. A mistificação inerente ao capital, enquanto relação social alienada que monopoliza os frutos do trabalho coletivo, obscurece a fonte criadora que anima o processo de acumulação em uma

escala exponencial no cenário mundial: o universo do trabalho. Intensifica-se a investida contra a organização coletiva de todos aqueles que, destituídos de propriedade, dependem de um lugar nesse mercado, cada dia mais restrito e seletivo, que lhes permita produzir o equivalente de seus meios de vida. Crescem, com isso, as desigualdades e, com elas, o contingente de destituídos de direitos civis, políticos e sociais. Esse processo é potenciado pelas orientações (neo)liberais, que capturam os Estados nacionais, exigidas pelos poderes imperialistas como caminho único para animar o crescimento econômico, cujo ônus recai sobre as grandes majorias. (IAMAMOTO, 2007, p.162).

Diante desse panorama, os/as assistentes sociais são chamados a reafirmar o compromisso com a classe trabalhadora, a se inserir nesses espaços de luta e mobilização coletiva, com uma visão crítica, reflexiva, propositiva, entrando no movimento da luta de classes, contrapondo-se radicalmente ao capital e sua dominação, violências e opressões. Defendendo arduamente os princípios que compõem o código de ética profissional, materializando o projeto ético-político na dinâmica social dos embates cotidianos, em tempos difíceis em que parafraseando Marx “quem é livre não são os homens, mas o capital”. Nesse sentido, é importante frisar que o projeto ético-político do Serviço Social, o posicionamento contra o conservadorismo, a aproximação com a teoria social crítica e a união com outros segmentos sociais na luta pela redemocratização do país foram gestados durante o árduo período da ditadura militar. Conforme nos aponta Ramos (2009, p.42): “nas contradições de um período nefasto, como a ditadura, encontramos o solo para descobrir, elaborar e aglutinar anseios coletivos por uma nova forma de apreender à sociedade e a profissão”. Nessa direção, Duriguetto (2014) dispõe:

Temos, assim, um patrimônio de rupturas com o conservadorismo, que nos coloca em sintonia com a defesa e com a construção de uma vida cotidiana cheia de sentidos para a humanidade. Nosso projeto profissional chama-nos a sermos sujeitos nas lutas pela construção desses cotidianos, que traduzem a sintonia com os conteúdos da emancipação humana. Nosso projeto nos possibilita sermos sujeitos profissionais com uma função teórico-metodológica e ético-política a desempenhar na sociedade. Para tanto, um dos nossos desafios é o de nos constituir como sujeitos profissionais críticos, comprometidos e propositivos. Isso nos convoca a superar os limites de sermos apenas sujeitos institucionais executores de políticas, o que implica em irmos para além das políticas e serviços que operamos e nos sintonizarmos com o horizonte das necessidades e das lutas dos sujeitos que demandam nossa intervenção (p.192).

Esse desafio de nos sintonizar com as lutas dos sujeitos que demandam nossos serviços, que são classe trabalhadora como nós, nos permite ampliar nossos horizontes e “calcados no chão da história”, com seus limites, possibilidades e desafios, sejam eles estruturais e/ou conjunturais, a enxergar os sujeitos em sua relações, dinâmica, contradições e a construir e protagonizar lutas coletivas com eles e para eles, por melhores condições de vida através da democratização do acesso à riqueza

socialmente produzida por meio da ampliação do acesso às políticas sociais, da universalização de direitos, sendo esses apenas mediações que não se esgotam em si mesmas, mas que tem como fim último a emancipação da humanidade.

Nessa perspectiva do compromisso com a emancipação humana vem sendo enraizado o projeto ético-político do Serviço Social, procurando articular-se a outras categorias e segmentos sociais que comunguem desses valores e de bandeiras de luta afins. Para melhor entender o referido projeto recorre-se a Ramos (2009), e sua concepção acerca do mesmo. De acordo com a autora supracitada,

O Projeto Ético-Político do Serviço Social, consolidado nas décadas de 1980 e 1990, tem, como uma de suas características, pensar a profissão no contexto histórico, garantindo a análise da sua particularidade e da sua relação com outros sujeitos sociais e profissionais, na busca, sob determinadas condições sócio-econômicas, de estabelecer alianças e parcerias, na defesa de valores e princípios comprometidos com a emancipação humana. Esse projeto conquistou hegemonia, na primeira metade da década de 1990, expressa, notadamente, em três níveis: na produção do conhecimento, nos marcos legais e na organização política (p.42).

Em consonância com Ramos, Netto (1999) afirma a hegemonia do projeto ético-político, frisando que as vanguardas profissionais articularam uma direção social estratégica em torno de dois elementos: a participação cada vez maior do corpo profissional em eventos e espaços coletivos de discussão e a descentralização desses e a sintonia do referido projeto com os movimento da sociedade brasileira e das classes. Netto (1999) argumenta que o projeto ético –político é promissor e ressalta:

[...] Fica claro que o projeto ético-político do Serviço Social tem futuro. E tem futuro porque aposta precisamente ao combate - ético, teórico, ideológico, político e prático-social – ao neoliberalismo, de modo a preservar e atualizar os valores que, enquanto projeto profissional, o informam e o tornam solidário ao projeto de sociedade que interessa à massa da população. (NETTO, 1999, p. 19).

Posteriormente Netto (2007) traz ao debate a problematização da suposta crise do projeto ético-político do Serviço Social no artigo “Das ameaças à crise” e na mesma direção Braz (2007) problematiza os graves riscos da perda da hegemonia do projeto ético-político no artigo intitulado “A hegemonia em Xequê: Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos”. E Ramos (2009) em seu artigo “Limites e possibilidades históricas do Projeto Ético-Político” e Cisne (2009) em seu artigo “Resistência de Classe no Brasil Contemporâneo: mediações políticas para o enraizamento do Projeto Ético-Político do Serviço Social”, contra-argumentam as teses de Braz (2007) e Netto (2007) acerca da problematização da suposta crise do projeto ético-político e da suposta perda da hegemonia do mesmo no âmbito profissional.

Netto (2007) defende a tese de que o projeto ético- político nessa conjuntura está inviabilizado por duas razões: devido “ao elenco dos objetivos do Serviço Social tem sido intencional e acintosamente minimizado mediante a centralização das suas funções no plano assistencial [...] a redução do Serviço Social à ‘profissão da assistência’ configura uma enorme regressão” (p.38). O segundo aspecto ressaltado pelo autor é o “que se refere aos requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício – está claro que aqui se insere, entre outros componentes, toda a problemática da formação profissional” (p.39)

Braz (2007) argumenta que o que põe o projeto ético-político do Serviço Social em crise são dois problemas centrais:

O primeiro diz respeito à ausência de uma proposta alternativa à do capital na sociedade brasileira, capaz de unificar interesses sociais distintos relativos ao trabalho [...]. O segundo problema está centrado em fatores objetivos que incidem sobre as bases materiais do projeto profissional. Refiro-me às condições atuais sobre as quais se efetivam o processo de formação profissional e o próprio exercício da profissão no Brasil (p.7).

Já as autoras Ramos (2009) e Cisne(2009) defendem que apesar da ofensiva do capital avançar a passos largos em suas contrarreformas, e a esquerda brasileira está passando por uma expressiva crise, tendo sérias repercussões na classe trabalhadora, no seu processo de organização e no Serviço Social e o projeto ético-político do Serviço Social está sob fortes ameaças, o mesmo não está em crise de hegemonia, visto que ainda existem sujeitos coletivos que resistem e se contrapõe a lógica do capital e cravam suas bandeiras de luta de classe no chão da história.

O grande desafio dos segmentos profissionais identificados com a defesa do projeto ético-político é avançar na luta política e ideológica, é fazer a grande política gramsciana, tanto do ponto de vista da profissão, como no âmbito da sociedade. A perspectiva organizativa dos assistentes sociais deve fortalecer a contraposição ao pensamento único, ao isolamento da crítica, ao conservadorismo, tão presentes na atual conjuntura brasileira, na perspectiva do fortalecimento e autonomia dos movimentos vinculados ao trabalho e que defendem a eliminação da ordem sócio-metabólica do capital. (RAMOS, 2009, p.47).

Assim, torna-se perceptível que grandes são os desafios para a nossa categoria e para os sujeitos sociais, por isso, precisamos unir esforços e avançarmos na organização, mobilização coletiva e luta político-ideológica em prol do fortalecimento dos movimentos em defesa do trabalho e contra o capital, na perspectiva da plena expansão dos indivíduos sociais, ou seja, da emancipação humana.

Cabe a nós, assistentes sociais, na condição de uma categoria profissional comprometida com a classe trabalhadora, não a pena lutarmos em defesa, mas também pelo enraizamento do Projeto ético-político do Serviço Social. Para isso, é importante buscarmos “soldar laços de pertencimento de classe”,

reforçando as fileiras dos sujeitos coletivos e das “toupeiras” que vêm resistindo neste contexto regressivo, na afirmação e defesa das políticas sociais, ou seja, na manutenção das condições de vida, necessidade primeira para empreendermos lutas. Contudo, como toupeiras, podemos e devemos surpreendermos “os de cima”, indo para além dessas mediações com as políticas sociais, à medida que podemos, como classe trabalhadora inflamar um acúmulo de força que promova um ascenso das massas, podendo esse desembocar em um necessário processo revolucionário. (CISNE, 2009, p.95-96).

Assim, é necessário fortalecer o projeto ético-político do Serviço Social, através das lutas e resistências coletivas, imprimindo-lhe um caráter revolucionário, articulado aos amplos segmentos sociais e seus interesses, estreitando assim o vínculo de pertencimento de classe em prol da transformação societária.

Portanto, em tempos de descenso das lutas, de desinvestimento e cortes nas políticas sociais públicas, de descrença no setor público, de crise econômica, política e ética, é preciso ocupar as trincheiras de luta e resistir a barbarização da vida e ao “veneno mortal” do capital e lutar pela garantia e ampliação dos direitos humanos e sociais, numa luta para além do capital, cujo horizonte é uma nova sociabilidade, plantada no chão da história, da luta de classes, de homens e mulheres que mesmo em solo árido, continuam a adubar e semear a terra, pois acreditam que mesmo em meio às pedras e espinhos do caminho, ao longo percurso e ao cansaço da jornada, há o horizonte da transformação social, cujos protagonistas são a classe trabalhadora.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que o conceito de cidadania, democracia, igualdade, liberdade e direitos estão atrelados substancialmente à luta de classes e à modernidade, e que esses tornaram-se funcionais ao capital e sua lógica de acumulação e mercantilização da vida, desumanização do humano, alienação, encobrendo as desigualdades reais vivenciadas pelos sujeitos sociais, ao atribuir-lhes o rótulo de cidadãos e sustentar o discurso ideológico de que nessa sociabilidade todos são livres e iguais. Faz-se premente ter uma visão crítico-reflexiva acerca dos direitos e seus limites e lutar por sua democratização e universalização não como um fim em si mesmo, mas como uma mediação até chegar a uma cultura política emancipatória, para além do capital. Nessa sociabilidade, tem-se a disseminação da ideologia dominante que ecoa o capitalismo como o fim da história e que não há outro caminho para humanidade. Frente a esse contexto adverso que está sendo vivenciado, de crise de utopias, de desesperanças, de reacionarismos, de desmobilização, de contra-reformas, há sujeitos coletivos “toupeiras” que resistem, lutam e acreditam que no chão da história está o solo fértil em que poderão brotar os mais saborosos frutos e as mais belas flores, plantadas em meio a aridez e

aos espinhos da atual conjuntura. Acredita-se que entre essas “toupeiras” estão os/as assistentes sociais, que ao longo do seu amadurecimento profissional, fruto da aproximação com a teoria social crítica e com os segmentos das classes subalternas, seus interesses e suas bandeiras de luta gestaram o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Projeto esse, que é de uma categoria profissional, mas que se articula a uma luta maior, vinculada a outros sujeitos coletivos, que sonham, resistem e lutam contra a dominação, exploração e violência do capital e acreditam que uma nova ordem societária “em que o desenvolvimento de cada um seja condição para o desenvolvimento de todos” é possível e depende da mobilização coletiva da classe revolucionária “motor da história”, que poderá a qualquer tempo protagonizar a luta mais importante da humanidade e serem escritores da liberdade, trocando assim os grilhões do capital pelas asas da liberdade, da emancipação humana.

REFERÊNCIAS

BRAZ, Marcelo. “A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos”. **Revista Inscrita**, n. 10, CEFESS: Brasília, 2007.

CISNE, Mirla. Resistência de classe no Brasil contemporâneo: mediações políticas para o enraizamento do projeto ético-político do Serviço Social. **Revista Temporalis**, n. 16. Brasília: ABEPSS, 2009.

_____. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos Sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. *In*: DURIGUETTO; ABRAMIDES. **Movimentos Sociais e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2014.

GUERRA, Yolanda. Direitos Sociais e Sociedade de Classes: o discurso do direito a ter direitos. *In*: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. **Ética e Direitos: ensaios críticos**, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. *In*: MOTA, A. E. et al. (Orgs.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IASI, Mauro. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARX; ENGELS. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 1998.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **Para a questão judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NETTO, José Paulo. A Construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CFESS-ABEPSS. **Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social** - Brasília: CEAD, 1999.

_____. Das ameaças à crise. **Revista Inscrita**, Brasília, CFESS, n. 10, 2007.

SAMYA, Rodrigues. Limites e possibilidades do Projeto Ético-Político. **Revista Inscrita**, Brasília: Cfess, n.12, 2009.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes. Há necessidade dos direitos humanos para a formação de uma cultura política emancipatória? **Temporalis**, Brasília: ABEPSS, n. 5, p. 23-40, 2003.

TONET, Ivo. **Democracia ou liberdade?** Maceió: Edufal, 1997. (cap. 2).

_____. Para além dos direitos humanos. **Revista Novos Rumos**, São Paulo: UNESP, n.37, ano 17, 2002.